

Fique Seguro.

A gente está com você.



Aliança do Brasil Seguros S.A.
CNPJ 01.378.407/0001-10

Demonstrações Financeiras 2020

BRASILSEG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. Durante o ano a Seguradora estabeleceu acompanhamento temporário dos efeitos da pandemia da COVID-19 nos negócios, de maneira a resguardar a gestão de forma prudencial, contínua e proativa, visando mitigar riscos e eventuais impactos relevantes em capital e liquidez da Seguradora. A Administração entende a gravidade do momento e pretende manter o acompanhamento enquanto perdurar a atual conjuntura. A Aliança do Brasil Seguros S.A. atua no segmento de seguros de danos, exceto automóveis, seguros rurais e participa do Convênio DPVAT da Líder Seguradora.

Prêmios emitidos

Em 2020, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 672,5 milhões, crescimento de 23,5% em relação ao exercício anterior. Deste montante, R\$ 578,5 milhões foram emitidos no segmento de massificados, que compreende, entre outros negócios, seguros residenciais, empresariais e quebra de garantia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	31/12/2019	01/01/2019
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante		696.068	454.647	561.521
Disponível	5	3.236	12.827	8.049
Caixa e bancos		3.236	12.827	8.049
Equivalentes de caixa	5	263	512	5.003
Aplicações	6	344.980	173.417	183.163
Créditos das operações com seguros e resseguros	162.280	129.449	169.260	
Prêmios a receber	8	147.061	124.911	153.006
Operações com seguradoras		94	352	1.135
Operações com resseguradoras	9a	15.125	4.186	15.119
Outros créditos operacionais	9.003	1.897	2.152	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9a	86.943	42.799	84.432
Títulos e créditos a receber	15.587	28.673	39.809	
Títulos e créditos a receber		3	3	4.887
Créditos tributários e previdenciários	25a	15.030	28.174	34.020
Outros créditos		554	496	902
Outros valores e bens	—	179	848	
Bens à venda		—	179	848
Despesas antecipadas	125	159	280	
Custos de aquisição diferidos	18	73.651	64.735	68.525
Seguros		73.651	64.735	68.525
Ativo não circulante	155.666	287.124	316.951	
Realizável a longo prazo	141.320	268.681	292.843	
Aplicações	6	70.370	191.698	217.471
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.127	—	—	
Prêmios a receber	8	1.127	—	—
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9a	22.699	24.934	29.417
Títulos e créditos a receber	42.402	48.181	42.826	
Créditos tributários e previdenciários	25a	9.902	11.051	21.217
Depósitos judiciais e fiscais	22a	32.500	37.130	21.609
Custos de aquisição diferidos	18	4.722	3.868	3.129
Seguros		4.722	3.868	3.129
Investimento	354	302	281	
Participações societárias		354	302	281
Imobilizado	10	491	547	231
Bens móveis		121	176	231
Outras imobilizações		370	371	—
Intangível	11	13.501	17.594	23.596
Outros intangíveis		13.501	17.594	23.596
Total do ativo	851.734	741.771	878.472	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 13,2 milhões, com redução de 51,4% em relação ao ano anterior. A variação no resultado foi causada pela queda da taxa SELIC média no período sendo de 2,75% contra 5,92% no exercício anterior. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 70,4 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2020 foi de 89,5%, aumento de 1,4 p.p. em relação ao ano anterior.

Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 47,2 milhões, redução de 17,8% em relação ao ano anterior. O lucro líquido por ação foi de R\$ 2.569,74 no exercício de 2020, ante R\$ 3.125,54 no exercício anterior.

Investimentos e novos negócios

A Seguradora fez investimentos no montante de R\$ 1,3 milhões no exercício de 2020, destinados, basicamente, a sistemas de informática.

Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:
i. cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
ii. prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em lei e limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Seguradora a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;
iii. obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem; e
iv. distribuição à Acionista, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Seguradora. Em 2020 foi deliberada pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, a distribuição de lucros no total de R\$ 61,0 milhões na forma de dividendos, em reuniões realizadas em 17 de janeiro, 19 de fevereiro, 20 de maio, 16 de setembro, 16 de outubro, 18 de novembro e 16 de dezembro de 2020. Conforme previsto no Estatuto da Aliança do Brasil Seguros uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
		(reapresentado)	(reapresentado)
Prêmios emitidos		672.534	544.388
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(57.381)	31.548
(=) Prêmios ganhos	24a	615.153	575.936
(-) Sinistros ocorridos	24c	(354.982)	(298.325)
(-) Custos de aquisição	24d	(170.712)	(186.721)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	24e	(3.250)	18.059
(-) Resultado com resseguro	24f	44.552	15.639
(+) Receita com resseguro		81.661	67.692
(-) Despesa com resseguro		(37.109)	(52.053)
(-) Despesas administrativas	24g	(41.718)	(37.905)
(-) Despesas com tributos	24h	(23.600)	(17.834)
(-) Resultado financeiro	24i	13.221	27.223
(-) Resultado patrimonial		—	14
(=) Resultado operacional	78.664	96.086	
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(242)	(1.151)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	78.422	94.935	
(-) Imposto de renda	25a	(18.529)	(22.839)
(-) Contribuição social	25a	(11.616)	(14.310)
(-) Participações sobre o resultado		(1.094)	(398)
(=) Lucro líquido do exercício	47.183	57.388	
(/) Quantidade de ações		18.361	18.361
(=) Lucro líquido por ação		2.569,74	3.125,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	47.183	57.388
Outros resultados abrangentes	(55)	12
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(92)	20
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	37	(8)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	47.128	57.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
	(reapresentado)	(reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	47.183	57.388
Ajustes para:	393.782	247.888
Depreciação e amortizações	5.176	7.136
Perda por redução ao valor recuperável	(5.376)	(37.713)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(9.770)	3.051
Variações das provisões técnicas (nota 19)	402.396	264.097
Ativo e passivo fiscal diferido	1.119	10.166
Ganhos e perdas na alienação de imobilizado	242	1.151
Outros ajustes	1	1
Variação nas contas patrimoniais:	(358.632)	(179.559)
Aplicações	(50.290)	35.531
Ativos de resseguro e retrocessão	(30.554)	72.156
Créditos tributários e previdenciários	(41.909)	46.116
Despesas antecipadas	13.174	5.846
Outros ativos	34	121
Depósitos judiciais e fiscais	(7.038)	(6.350)
Impostos e contribuições	4.630	(15.521)
Outras contas a pagar	30.164	25.677
Débitos de operações com seguros e resseguros	125	(10.659)
Depósitos de terceiros	38.591	(21.824)
Provisões técnicas - seguros (nota 19)	827	(13.292)
Provisões técnicas - seguros (nota 19)	(315.844)	(307.393)
Provisões judiciais	(1.105)	92
Outros passivos	963	(2.759)
Caixa gerado pelas operações	82.333	125.717
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(18.818)	(13.838)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(11.091)	(8.422)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	52.424	103.457
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Participação de compra:	(1.264)	(2.601)
Imobilizado	—	(371)
Intangível	(1.264)	(2.230)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.264)	(2.601)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(61.000)	(100.569)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(61.000)	(100.569)
(Redução)/aumento inicial líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.840)	287
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.339	13.052
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.499	13.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 3k, 3l, 18, 19 e 21 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; e • Nota 22 - Provisões judiciais. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações à IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária à IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016, 2017, 2018 e 2019, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva da IFRS 17. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilização das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS 9) entrou em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A referida norma foi referendada pela SUSEP e entrará em vigor a partir de 04 de janeiro de 2021. Foram analisados os contratos de arrendamento mercantil existentes na Seguradora e concluiu-se que não são esperados impactos significativos advindos da adoção da norma. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2023. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro das categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii.* **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nesta categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii.* **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv.* **Emprestimos recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determinado, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguro e resseguro", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

continua ->

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2019	Reservas de lucros			Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos			
128.856	22.995	83.739	—	(6)	—	235.584
—	—	(3.200)	—	12	—	12
—	—	(21.369)	—	—	—	(21.369)
—	—	(8.500)	—	—	—	(8.500)
—	—	(11.600)	—	—	—	(11.600)
—	—	(34.600)	—	—	—	(34.600)
—	—	(4.470)	—	—	—	(4.470)
—	—	—	—	—	57.388	57.388
—	—	—	—	—	(1.330)	(1.330)
—	—	—	—	—	(1.000)	(1.000)
—	—	—	—	—	(14.500)	(14.500)
—	2.776	—	—	—	(2.776)	—
—	—	—	—	—	(3.782)	—
128.856	25.771	37.7				



←continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

v. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6^c. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável: i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou do desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º parágrafos 3º e 7º e artigo 7º e reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurador, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurador. A redução ao valor recuperável (RVN) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de rateamento de 18 meses. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos bens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 10. **g) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentados na nota explicativa nº 11. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **h) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando o seguro possui a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **i) Mensuração dos contratos de seguro:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Recetas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **j) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota 30 ii. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, incluindo as operações de coseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de coseguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer e calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de run-off de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superavit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, até a data do balanço patrimonial e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste dos Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), com objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados e processos judiciais sofreram ao longo do período de análise até a respectiva liquidação. A IBNeR é calculada através de método estatístico e atuarial, com triângulos de run-off com base no desenvolvimento histórico de sinistros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A PDR é calculada através de método estatístico e atuarial, com triângulos de run-off com base no desenvolvimento histórico das despesas incorridas. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de run-off de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e o aviso do sinistro. **l) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos sempre que encerrar o contrato que atenda a definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que esteja vigente na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas alocaíveis administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 55,46% para a Seguradora. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocaíveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNeR e IBNeR. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SU não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes. O resultado do teste de adequação de passivos realizados de acordo com os critérios acima descritos não revelou a necessidade de constituição de PCC na data-base de 31 de dezembro de 2020, dessa forma não havendo a necessidade de efetuar o cálculo para os respectivos ativos de resseguro conforme Circular SUSEP nº 517/2015. **m) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **n) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que os ocorrem. **o) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos, reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **p) Recetas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão no balanço patrimonial. **q) Arrendamentos:** No início dos contratos de locação, a Seguradora realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a bens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **3) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos: A gestão de riscos eficaz deve ser dinâmica, interativa e de caráter proativo às mudanças relacionadas a eventos internos e externos que modifiquem o contexto e o posicionamento do Grupo Brasilseg, compreendendo abordagens quantitativas e qualitativas, organizadas e integradas. Foi estabelecido um modelo de Governança de Riscos para as empresas do Grupo Brasilseg, envolvendo desde as Unidades Operacionais até a Alta Direção, permeando as três linhas de defesa, tendo sido designados papéis específicos para os diversos atores. Cabe, em última instância, ao Conselho de Administração zelar pela adequação da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e aprovar o Apetite por Risco e a Política de Gestão de Riscos. É de responsabilidade da Direção monitorar as exposições a riscos e avaliar periodicamente a eficácia da EGR, por intermédio de insumos providos pelo Gestor de Riscos e pela Comissão de Riscos, Segurança e Sustentabilidade (CRSS). A Auditoria Interna deve avaliar, no mínimo anualmente, o atendimento dos dispositivos estabelecidos na legislação, sendo admitida a adoção de enfoque de rotação de ênfase, assegurando-se que todos os processos relevantes para a EGR sejam auditados pelo menos uma vez a cada três anos. O escopo da Auditoria Interna, além da avaliação da EGR, está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. A Auditoria Interna fornece: análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. Essa abordagem multi-camadas proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital e liquidez, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas, análises de resultados de testes e controles. Há também a contribuição da auditoria, de modo que objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos, o Grupo Brasilseg conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros; • **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituída como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo Brasilseg, tendo como objetivo avaliar, acompanhar e auxiliar a Alta Direção nos processos de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Brasilseg; • **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como principais atribuições: revisar previamente a divulgação das demonstrações financeiras; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de riscos:** Constituído como Órgão de caráter consultivo de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo Brasilseg, tendo por objetivo auxiliar o Conselho de Administração analisando e acompanhando as matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuarial, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Brasilseg. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional aos seus segurados em cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco é de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que os resultados adversos de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** A concentração de riscos é monitorada analisando as áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)				Líquido de resseguro (**)							
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019				
Rural	%	Danos	%	Total	%	Rural	%	Danos	%	Total	%	
Centro Oeste	9.470	2%	87.535	13%	113.066	17%	10.422	2%	87.233	14%	97.655	16%
Nordeste	3.234	0%	105.728	16%	108.962	16%	1.251	0%	105.862	17%	107.113	17%
Norte	6.39	0%	32.179	4%	32.818	4%	267	0%	32.299	5%	32.566	5%
Sudeste	10.303	2%	245.819	36%	256.122	38%	3.914	1%	241.445	39%	245.359	40%
Sul	52.824	2%	113.842	17%	166.666	25%	21.736	3%	116.161	19%	137.897	22%
Total	92.531	14%	585.103	86%	677.634	100%	37.590	6%	583.000	94%	620.590	100%
Região geográfica	Bruto de resseguro (*)				Líquido de resseguro (**)							
Rural	%	Danos	%	Total	%	Rural	%	Danos	%	Total	%	
Centro Oeste	9.470	2%	83.648	15%	93.118	17%	3.785	1%	82.419	16%	86.204	17%
Nordeste	1.320	0%	88.932	16%	90.252	16%	552	0%	88.979	17%	89.531	17%
Norte	252	0%	28.297	5%	28.550	5%	101	0%	28.122	5%	28.223	5%
Sudeste	1.216	0%	226.818	41%	228.944	41%	862	0%	218.503	41%	219.365	41%
Sul	5.525	1%	106.270	20%	111.795	21%	2.206	0%	106.356	20%	108.562	20%
Total	18.694	3%	533.965	97%	552.659	100%	7.506	1%	524.379	93%	531.885	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R\$ (5.100) (R\$ (8.271) em 31 de dezembro de 2019).
(**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 1.096 (R\$ (3.911) em 31 de dezembro de 2019).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de IBNR (a1): Simulamos com um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Sensibilidade	
	2020	2019
a. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR (2.008)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade (13.667)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre o risco a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Rating	2020			2019			
	Local	Admitida	Eventual (*)	Total (**)	Local	Admitida	Total (**)
AA-	5.852	14	—	5.866	(20)	11	(9)
A+	1.233	14.589	(417)	15.405	1.884	1.980	3.864
A-	—	(8)	—	(8)	15.517	108	15.625
A	35.864	(7)	—	35.857	—	—	—
AA	—	(31)	—	(31)	—	—	—
BrAAA	(47)	—	—	(47)	(221)	—	(221)
BrAA+	—	—	—	—	18	—	18
Sem rating	2	—	—	2	1.497	—	1.497
Total	42.904	14.557	(417)	57.044	18.675	2.099	20.774

(*) Refere-se a prêmios a restituir com o ressegurador.
(**) Não inclui RVNE no montante de R\$ 1.096 (R\$ (3.911) em 31 de dezembro de 2019).
O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação as classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com raras exceções no caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Ativos financeiros - rating	2020					2019 (reapresentado)								
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	BBB-	Total	AAA	AA+	AA	AA-	A+	BB-	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	401.453	—	—	—	—	—	401.453	—	—	—	—	—	—	359.722
Debêntures	2.224	869	685	—	343	—	4.121	—	—	—	—	—	—	2.000
Depósito a prazo com garantia especial	574	—	—	76	572	155	1.377	—	—	—	—	93	—	93
Letras financeiras	1.306	6.576	517	—	—	—	8.399	—	—	—	—	—	—	3.035
Total	405.557	7.445	1.202	76	915	155	415.350	—	—	—	—	93	—	365.115

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 173.649 (R\$ 120.082 em 31 de dezembro de 2019) com lastro em títulos públicos.
A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA, uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O ativo classificado em BBB - refere-se ao DPGE que possui garantia do FGC e para DPGE não tem limite de *rating* na política. O fato tem o conhecimento do comitê financeiro e foi decidido pelo

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada:

	2020		2019	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LTN	4,08%	4,08%	8,70%	7,78%
NTN-B	IPCA + 5,62%	IPCA + 0,82%	IPCA + 5,62%	IPCA + 3,82%
NTN-F	IPCA + 6,04%	IPCA + 6,04%	-	-
LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Debêntures	193,86% do CDI	105,75% do CDI	140,34% do CDI	105,75% do CDI
LF	121,45% do CDI	102,55% do CDI	109,29% do CDI	102,55% do CDI
CDB	-	-	106,50% do CDI	106,50% do CDI
DPGE	200,29% do CDI	108,00% do CDI	108,00% do CDI	108,00% do CDI
Operações compromissadas	100,00% do CDI	100,00% do CDI	100,00% do CDI	100,00% do CDI

e) Movimentação das aplicações financeiras:

	2019		2020	
	(reapresentado)	Aplicações	Resgates	Valor justo
Valor justo por meio do resultado	137.656	633.669	(557.464)	3.693
Disponível para venda	125.920	-	(1.900)	(92)
Mantido até o vencimento	101.539	-	(38.967)	7.798
Total	365.115	633.669	(598.331)	(92)

	2018		2019	
	(reapresentado)	Aplicações	Resgates	Valor justo
Valor justo por meio do resultado	183.163	511.969	(565.706)	8.230
Disponível para venda	118.784	-	-	20
Mantido até o vencimento	98.687	-	(5.680)	7.116
Total	400.634	511.969	(571.386)	20

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS LIQUIDOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Seguradora possuía contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico.

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	2020	
					Vencimento	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	195	(19.553)	(16.862)	21	-	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(41)	4.127	3.559	(4)	-	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(154)	15.426	13.303	(17)	-	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(120)	11.994	8.266	(1)	-	Acima de 360 dias
Total	(120)	11.994	8.266	(1)	-	

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	2019	
					Vencimento	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(2)	169	157	-	-	Acima de 360 dias

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento:

	2020		2019	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável
Ramos agrupados				
Compreensivo empresarial	38.451	(336)	38.115	37.358
Compreensivo residencial	88.116	(1.416)	86.700	68.975
Riscos diversos	13.281	(316)	12.965	15.450
Seguro agrícola com cobertura do FESR	8.901	(1)	8.900	4.521
Crédito interno	200	-	200	659
Transporte internacional	41	(40)	1	261
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	27	(19)	8	-
Riscos nomeados e operacionais	19	-	19	199
Demais ramos	1.364	(84)	1.280	1.655
Total	150.400	(2.212)	148.188	129.078

b) Movimentação de prêmios a receber:

	2020		2019	
	Saldo inicial	Prêmios emitidos	Saldo inicial	Prêmios emitidos
Saldo inicial	124.911	153.006	738.390	611.265
(+) Prêmios emitidos	-	43.668	-	39.942
(+) IOF	-	3.103	-	7.943
(+) Adicional de fracionamento	-	(58.673)	-	(62.281)
(-) Prêmios cancelados	-	(705.166)	-	(632.527)
(-) Recebimentos	-	1.955	-	7.563
Redução ao valor recuperável (reversão)	-	1.955	-	7.563
Saldo final	148.188	124.911	(4.167)	124.911

c) Composição por prazo de vencimento:

	2020		2019	
	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 a 60 dias	A vencer de 61 a 120 dias	A vencer de 121 a 180 dias
A vencer até 30 dias	43.776	43.641	22.836	20.374
A vencer de 31 a 60 dias	30.976	27.928	20.183	13.506
A vencer de 61 a 120 dias	21.523	7.292	1.127	-
A vencer acima de 365 dias	140.421	112.741	-	-

18. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2020		2019	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Provisões técnicas - seguros				
Saldo inicial	226.644	161.537	36.960	10.528
Constituições	536.925	-	6.261	13.919
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	412.214	-	-
Pagamento de sinistros	-	(308.913)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(96.962)	-	-
Atualização monetária e juros	-	3.623	-	-
Reversões	-	-	-	-
Saldo final	283.878	171.499	43.221	24.447

	2020		2019	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Saldo inicial	260.797	191.999	38.233	(6.690)
Constituições	450.917	-	-	19.218
Diferimento pelo risco decorrido	(485.070)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	371.319	-	-
Pagamento de sinistros	-	(305.358)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(108.320)	-	-
Atualização monetária e juros	-	11.896	-	-
Reversões	-	-	(1.272)	-
Saldo final	226.644	161.536	36.961	10.528

	2020		2019	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (***)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Saldo inicial	44.976	65.433	7.172	(6.547)
Constituições	13.310	-	-	9.279
Diferimento pelo risco decorrido	(46.135)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	53.236	-	-
Pagamento de sinistros	-	(97.447)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	22.362	-	-
Atualização monetária e juros	-	1.462	-	-
Reversões	-	-	(2.687)	-
Saldo final	12.151	45.046	4.485	2.732

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial no montante de R\$ 100.944 (R\$ 105.600 em 31 de dezembro de 2019).
(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro no montante de R\$ 17.474 (R\$ 21.839 em 31 de dezembro de 2019).

3. Custos de aquisição diferidos

	2020		2019	
	Saldo inicial	Constituições	Saldo inicial	Constituições
Saldo inicial	68.603	71.654	163.646	151.864
Constituições	-	(153.876)	-	(154.915)
Diferimento pelo risco decorrido	-	78.373	-	68.603

19. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido.

	2020		2019	
	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 120 dias	Vencidos de 121 a 180 dias
Vencidos até 30 dias	5.294	10.316	1.791	1.621
Vencidos de 31 a 60 dias	475	82	29	33
Vencidos de 61 a 120 dias	86	114	92	4
Vencidos acima de 365 dias	7.767	12.170	148.188	124.911

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de aproximadamente 180 dias.

9. OPERAÇÕES COM RESSEGUARDORA E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a) Ativo:

	2020		2019	
	Sinistros a recuperar com resseguradores	Provisão para riscos de resseguro	Sinistros a recuperar com resseguradores	Provisão para riscos de resseguro
Sinistros a recuperar com resseguradores	15.724	5.011	(599)	(826)
Provisão para riscos de resseguro	-	-	-	-
Outros créditos com resseguradores	15.125	4.186	-	-
Total	30.849	9.197	(599)	(826)

b) Passivo:

	2020		2019	
	Prêmios cedidos <th>Comissão a recuperar <th>Prêmios cedidos <th>Comissão a recuperar </th></th></th>	Comissão a recuperar <th>Prêmios cedidos <th>Comissão a recuperar </th></th>	Prêmios cedidos <th>Comissão a recuperar </th>	Comissão a recuperar
Prêmios cedidos	39.462	17.254	(10.312)	(4.494)
Comissão a recuperar	3.537	34	-	-
Total	42.999	17.288	(10.312)	(4.494)

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos:

Grupo de ramos	2020		2019	
	Prêmio emitido líquido (*) (nota 24b)	Resseguro cedido (**) (nota 24f)	Prêmio emitido líquido (*) (nota 24b)	Resseguro cedido (**) (nota 24f)
Patrimonial	450.611	3.328	99%	98%
Riscos financeiros	133.319	48	100%	100%
Rural	92.532	54.942	41%	40%
Transportes	87	-	100%	94%
Riscos nucleares	-	-	0%	0%
Demais (***)	1.085	(1.274)	217%	70%
Total	677.634	57.044	92%	96%

(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ (5.100) (R\$ 8.271) em 31 de dezembro de 2019.
(**) Não inclui RVNE no valor de R\$ 1.096 (R\$ 3.911) em 31 de dezembro de 2019.
(***) R\$ (1.274) refere-se, basicamente, a prêmios a restituir com o ressegurador.

10. IMOBILIZADO

	2020		2019	
	Taxa anual	2019	Baixa	Depreciação
Equipamentos	10% a 20%	371	(1)	370
Veículos	20%	176	-	(55)
Total		547	(1)	(55)

	2018		2019	
	Taxa anual	2018	Adições	Depreciação
Equipamentos	10% a 20%	-	371	-
Veículos	20%	231	-	(55)
Total		231	371	(55)

11. INTANGÍVEL

	2020		2019	
	Taxa anual	2019	Adições	Amortização
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	17.594	1.264	(242)
Total		17.594	1.264	(242)

	2018		2019	
	Taxa anual	2018	Adições	Amortização
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	23.596	2.230	(1.151)
Total		23.596	2.230	(1.151)

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2020		2019	
	Fornecedores	Compartilhamento de despesas	Fornecedores	Compartilhamento de despesas
Fornecedores	4.080	4.318	1.676	1.948
Compartilhamento de despesas	917	747	505	41
Total	4.997	5.065	2.181	1.989

13. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

É composto, basicamente, por imposto sobre operações financeiras (IOF) de R\$ 9.449 (R\$ 8.572 em 31 de dezembro de 2019).

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2020		2019	
	Imposto de renda	Antecipação de imposto de renda	Contribuição social	Antecipação de contribuição social
Imposto de renda	18.282	15.945	(16.363)	(13.490)
Antecipação de imposto de renda	-	-	11.508	10.174
Contribuição social	-	-	(8.703)	(7.786)
Antecipação de contribuição social	-	-	1.383	1.061</



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

c) Composição das ações judiciais de natureza cível e fiscal por probabilidade de perda:

	2020			2019		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	3	41.830	14.798	3	50.021	14.628
Provável	1	14.798	14.798	1	13.864	13.864
Possível	2	27.032	-	2	36.157	764
Trabalhista	1	35	-	-	-	-
Remota	1	35	-	-	-	-
Cíveis	566	35.823	842	804	44.037	2.117
Provável	125	1.745	842	188	2.626	2.117
Possível	416	29.911	-	435	34.562	-
Remota	25	4.167	-	177	6.849	-
Total	570	77.688	15.640	807	94.058	16.745

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito é de R\$ 128.856 (R\$ 128.856 em 31 de dezembro de 2019 totalmente integralizado), e está representado por 18.361 ações nominativas sem valor nominal (18.361 em 31 de dezembro de 2019), sendo 18.201 ordinárias e 160 preferenciais, estas sem direito a voto.

b) Dividendos e remunerações aos acionistas: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Seguradora.

	2020
Lucro líquido do exercício	47.183
Dividendos pagos relativos aos lucros do exercício	23.218
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	37.782
Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos	61.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	49%
Distribuição dos dividendos:	
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	60.468
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	532
Quantidade de ações:	
Ações ordinárias	18.201
Ações preferenciais	160
Dividendos distribuídos por ações:	
Ações ordinárias	3.322,26
Ações preferenciais	3.322,26

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício de 2020, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O valor constituído em 2020 está limitado a 20% do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta dos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

24. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Custo de aquisição %	
	2019	2019	2019	2019	2019	2019
	(reapre-	(reapre-	(reapre-	(reapre-	(reapre-	(reapre-
	sentado)	sentado)	sentado)	sentado)	sentado)	sentado)
Compreensivo residencial	235.235	227.278	43,38%	37,45%	31,47%	34,50%
Crédito interno	133.218	91.198	63,19%	64,97%	9,05%	9,36%
Compreensivo empresarial	93.967	108.873	38,11%	41,58%	40,07%	37,66%
Riscos diversos	91.559	92.015	40,83%	27,76%	42,72%	55,30%
Seguro agrícola com cobertura do FESR (*)	56.566	3.142	170,83%	5,57%	10,03%	10,06%
Riscos nomeados e operacionais	1.239	16.148	243,10%	75,17%	6,86%	10,00%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR (*)	20	-	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%
Demais ramos	3.249	37.282	58,17%	190,01%	62,77%	15,73%
Total	615.153	575.936	57,71%	51,80%	27,75%	32,42%

(*) A partir do segundo semestre de 2019 iniciaram as emissões de seguros rurais na Seguradora.

	2020		2019	
	(reapre-	(reapre-	(reapre-	(reapre-
	sentado)	sentado)	sentado)	sentado)
b) Prêmios emitidos	672.534	544.388	675.353	545.811
Prêmios diretos	-	184	-	184
Prêmios de cosseguros aceitos	(2.819)	(1.607)	(2.819)	(1.607)
Prêmios de cosseguros cedidos	(354.982)	(298.325)	(354.982)	(298.325)
c) Sinistros ocorridos	(314.514)	(274.492)	(314.514)	(274.492)
Sinistros	(38.135)	(30.192)	(38.135)	(30.192)
Serviço de assistência	(13.919)	(19.218)	(13.919)	(19.218)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(7.708)	(12.650)	(7.708)	(12.650)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(6.261)	1.272	(6.261)	1.272
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(12)	(731)	(12)	(731)
Salvados	25.567	37.686	25.567	37.686
Ressarcimentos	(170.712)	(186.721)	(170.712)	(186.721)
Comissões sobre prêmios retidos	(137.878)	(121.645)	(137.878)	(121.645)
Comissões estipulantes	(35.955)	(47.783)	(35.955)	(47.783)
Despesas com apólices e/ou contratos	(13.311)	(928)	(13.311)	(928)
Despesas com inspeção de riscos	(567)	(3)	(567)	(3)
Recuperação de comissões	(6)	(3.051)	(6)	(3.051)
Varição das despesas de comercialização diferidas	(3.250)	18.059	(3.250)	18.059
e) Outras receitas e despesas operacionais	(2.376)	(218)	(2.376)	(218)
Endomarketing	(1.095)	(482)	(1.095)	(482)
Despesas com cobrança	(976)	(203)	(976)	(203)
Contribuição ao FESR	(418)	2.708	(418)	2.708
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber e títulos e créditos a receber	(240)	(1.034)	(240)	(1.034)
Contingências cíveis	(39)	(13)	(39)	(13)
Apólices e contratos	845	(7.223)	845	(7.223)
Outras despesas/receitas operacionais	1.049	24.524	1.049	24.524
Redução ao valor recuperável - sinistro a recuperar	44.552	15.639	44.552	15.639
f) Resultado com resseguro	81.661	67.692	81.661	67.692
Receita com resseguro	(1.655)	50.238	(1.655)	50.238
Recuperação de indenização - cosseguro aceito	(37)	(30)	(37)	(30)
Recuperação de indenização - PDR IBNR	96	-	96	-
Participação em lucros	8.863	(2.687)	8.863	(2.687)
Recuperação de indenização - IBNR	72.904	20.171	72.904	20.171

Aos Acionistas e Administradores da

Aliança do Brasil Seguros S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, sendo que o "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$155.084 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$164.564 mil (em 31 de dezembro de 2020) não fizeram parte do escopo desta auditoria atuarial, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, sendo que o "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$155.084 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$164.564 mil (em 31 de dezembro de 2020) não fizeram parte do escopo desta auditoria atuarial, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora estão livres de distorção relevante.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora") em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

	2020	2019
	(37.109)	(52.053)
Despesas com resseguro	(68.645)	(25.166)
Prêmios de resseguro direto	-	1.433
Prêmios de resseguro - cosseguro aceito	85	761
Salvados e ressarcimentos	1.653	418
Prêmios de resseguro restituídos	7.640	3.325
Prêmios de resseguro cancelados	22.158	(32.824)
Varição das provisões de resseguro	(41.718)	(37.905)
g) Despesas administrativas	(21.187)	(18.093)
Pessoal próprio	(9.478)	(11.220)
Localização e funcionamento	(7.509)	(5.494)
Serviços de terceiros	(2.938)	(2.82)
Outras despesas administrativas	(606)	(516)
Publicidade e propaganda	(23.600)	(17.834)
h) Despesas com tributos	(13.935)	(13.097)
COFINS	(3.617)	518
COFINS - crédito tributário	(3.189)	(3.189)
Taxa de fiscalização	(2.268)	(2.134)
PIS - crédito tributário	(588)	73
Outras despesas com tributos	(3)	(5)
i) Resultado financeiro	13.221	27.223
Receitas financeiras	26.763	39.467
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	3.693	8.230
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	3.498	7.116
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	7.798	8.532
Juros e rendimentos sobre equivalente de caixa	-	233
Operações de seguros	6.140	8.573
Oscilação cambial	3.098	149
Atualização de depósitos judiciais	425	5.194
Outras receitas financeiras	2.111	1.440
Despesas financeiras	(13.542)	(12.244)
Operações de seguros	(1.992)	2.376
Oscilação cambial	(1.226)	575
Atualização monetária sobre provisões judiciais	186	(451)
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar administrativo	(2.434)	2.779
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar judicial (*)	(7.114)	(16.367)
Taxa de administração	(96)	(1.155)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)

(*) No 1º semestre de 2019 a Seguradora alterou o processo de registro da atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar judicial, no momento do pagamento da condenação. Anteriormente as despesas financeiras, registradas no período em que a ação judicial estava pendente, eram estornadas no momento do pagamento, sendo classificadas concomitantemente na rubrica de indenização de sinistro judicial. Com a referida alteração, a atualização monetária e juros é mantida como despesa financeira, não havendo impacto entre as rubricas.

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O Grupo Brasilseg por meio das suas entidades legais (Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A.) e a MAPFRE por meio das suas seguradoras (MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.), mantêm firmados Instrumentos Particulares de Contrato de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avencas. Em 30 de novembro de 2018 o novo acordo firmado entre os acionistas alterou os preceitos originais dos referidos contratos, estabelecendo novas condições para o Grupo Brasilseg, conforme apresentado abaixo: • Edifício Torre Alfa: 8 pavimentos e mezanino da ALA A. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 19.413 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MFVG, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MFVG. O Grupo Brasilseg avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício de 2020, estão demonstrados a seguir:

Seguradora	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de Despesas de pagamentos de		
	Valor Valor	Valor Valor	Valor Valor	Valor Valor	Valor Valor	Valor Valor	arrendamento		
	presente futuro	presente futuro	presente futuro	presente futuro	presente futuro	presente futuro	mento		
Sede Brasilseg	3.918	4.075	12.922	17.863	16.315	44.021	33.155	65.959	3.403
Total	3.918	4.075	12.922	17.863	16.315	44.021	33.155	65.959	3.403

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	77.328	77.328	94.537	94.537

	2020	2019
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(19.308)	(11.599)
Diferenças temporárias	416	250
Diferenças permanentes	(146)	(158)
Deduções incentivadas	756	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.282)	(11.507)
Constituição/reversão de crédito tributário	(417)	(250)
Ajustes relativos a exercícios anteriores	170	141
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(18.529)	(11.616)
Alíquota efetiva (%)	24%	15%

b) Créditos tributários e previdenciários

	2019	Constituições	Reversões	2020
Ativo	18.105	2.947	(12.693)	8.359
Tributos a compensar	7.318	2.035	(5.721)	3.632
PIS/COFINS	2.751	289	(1)	3.039
Tributos retidos na fonte	28.174	5.271	(18.415)	15.030
Total circulante	28.174	5.271	(18.415)	15.030
Diferenças temporárias IR/CS:				
Processos tributários e atualizações monetárias	1.952	68	(120)	1.900
Contingências cíveis	846	1.000	(1.510)	336
Provisão para riscos de crédito	1.296	599	(852)	1.044
Provisão para participação nos lucros	299	2.540		